As origens do pensamento industrial brasileiro no século XIX: uma análise através das associações de classe

Ivan Colangelo Salomão *

Resumo

As origens do pensamento industrial brasileiro remontam a meados do século XIX. A despeito das resistências que a causa encontrou, não se deve negligenciar a atuação de atores que se dedicaram à industrialização do Brasil em uma época de plena vigência do liberalismo econômico. Conquanto a produção cafeeira tenha dominado a pauta da economia brasileira em grande parte do período imperial, as origens de um pensamento heterodoxo na periferia do sistema capitalista refletem a importância que a temática granjearia décadas mais tarde. Neste sentido, faz-se especialmente relevante a atividade desenvolvida pelas entidades classistas, uma vez que as ideias por elas defendidas antecipavam-se ao próprio estabelecimento da manufatura no país.

Palavras-chave: Pensamento industrial; Associações industriais; Brasil Império.

Abstract

The origins of the Brazilian industrial thought back to the early nineteenth century. Despite the resistance that the cause found, we should not neglect the role of actors who have dedicated themselves to the industrialization of Brazil at a time of full enjoyment of economic liberalism. While coffee production has dominated the agenda of the Brazilian economy in much of the imperial period, the origins of a heterodox thought the periphery of the capitalist system reflect the importance that the theme would have decades later. In this sense, it is especially relevant activity developed by the class entities, since the ideas they advocated was anticipated to the property itself manufacture in the country.

Keywords: Industrial thought; Industrial associations; Brazilian Empire.

JEL B00.

Introdução

A historiografia tradicionalmente reserva a alcunha desenvolvimentista – tanto em sua fase nacionalista, quanto na associada ao capital estrangeiro – à

* Professor Adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE-UFRGS) e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGE-UFRGS).

política econômica empregada após a década de 1930, em especial, aos governos Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. Do ponto de vista da experiência histórica, há, portanto, relativo consenso entre os analistas de que se trata, o desenvolvimentismo, de um fenômeno vivenciado no século XX.

Partindo-se do pressuposto de que, em suas origens, foram três as correntes as quais se amalgamaram para a formação do desenvolvimentismo – a saber, os nacionalistas, os defensores da industrialização e os papelistas¹ –, este trabalho propõe-se a sistematizar a história do pensamento industrial brasileiro no século XIX a partir de uma análise de sua representação classista.

Compondo um relevante grupo de atores cujas ideias serviram de base para a formação do desenvolvimentismo, as origens do pensamento industrial brasileiro remontam, portanto, ao início do século XIX. Durante muito tempo inibida pela desde sempre alegada vocação agrária do país, a causa industrial percorreu longo caminho até firmar-se como política pública adotada por sucessivos governantes a partir de 1930.

Caracterizada por distintas nuances, a atuação deste conjunto heterogêneo foi marcada por dissidências das mais variadas ordens. O eufemismo subjacente ao conceito de “indústria artificial” permeou o debate acerca da conveniência de se industrializar o país, atuando, assim, como um dos principais entraves ao avanço das ideias pró-industrialização durante o século XIX. Não obstante, diversas foram as vozes que se levantaram a favor de um processo deliberado de industrialização encampado pelo governo; dos que advogavam em causa própria aos que o faziam por convicção doutrinária.

A fim de se atingir o objetivo proposto, dividiu-se o artigo em quatro partes, além desta breve introdução. Na seção um, discorre-se acerca do lento processo de surgimento da indústria no Brasil. A seguir, reconstituem-se os primórdios do pensamento industrial no início do século XIX. No ponto três, apresenta-se a evolução do pensamento industrial brasileiro através das

(1) O longo debate travado entre os defensores da moeda lastreada (metalistas) e os que advogavam o descasamento do papel em relação às contas externas (papelistas) extrapola o escopo deste trabalho. Ainda assim, para uma análise pormenorizada dessa relevante disputa política e ideológica que permeou a condução da política monetária no Brasil imperial, ver, por exemplo, Mollo (1994), Gremaud (2001), Gambi (2011), Fonseca e Mollo (2012) e Salomão (2013).

primeiras entidades de representação classista surgidas durante o regime imperial. Por fim, tecem-se as considerações finais.

1 O longo amanhecer: o surgimento da indústria no Brasil oitocentista

Assim como no desenrolar dos fenômenos históricos, a evolução das ideias também responde a fatores das mais variadas ordens. Do contexto institucional à conjuntura internacional, o desenvolvimento intelectual brasileiro forjou-se em meio às transformações políticas, econômicas, culturais e sociais que concomitantemente moldavam a realidade nacional.

No caso do pensamento industrialista brasileiro, tal associação faz-se especialmente verdadeira, de modo que não se pretende corroborar a premissa de que o pensamento se move por si e através de si; antes, admite-se que os fatos históricos balizaram efetivamente a consolidação da ideologia dos personagens e das instituições aqui analisadas. É neste sentido que se buscará ratificar o adágio segundo o qual “fora do ambiente histórico e das necessidades a que tentaram responder, os argumentos de uma escola não passam de puro exercício de raciocínio lógico” (Priori, 2009, p. 16).

Essa ressalva substancia a opção metodológica adotada neste trabalho: a antecedência das ideias em relação à *práxis*. Conforme atesta Franco (2008, p. 2), “a história econômica cisma em contradizer a máxima keynesiana: não parecem ser as ideias que produzem as grandes iniciativas da política econômica, pelo contrário, aquelas parecem se formar como racionalizações *a posteriori* de medidas tomadas de modo mais ou menos intuitivo pelos ministros e praticantes da época”. Ao aceitar ser “revelador, e possivelmente mais útil, como exercício da história do pensamento econômico, nos debruçarmos sobre leis e instituições *efetivamente praticados* do que sobre o pensamento [...] de um economista específico”, Franco (2008, p. 2) minimiza a influência do contexto político e social sobre os rumos da história ao descartar as ideias de seus representantes.

Isto posto, sabe-se que eventos de cunho econômico e político enquadraram as diretrizes do pensamento da elite burocrática do Império. Quanto aos primeiros, o surgimento paulatino de plantas industriais, ainda que espasmódico e hesitante, reforçou a convicção daqueles que procuravam

corroborar a viabilidade do estabelecimento manufatureiro no país. Mais do que o sucesso, portanto, foram os limites do modelo agro-exportador que suscitaram a formulação de estratégias alternativas. Do ponto de vista político, a aura de renovação decorrente da transição republicana também ensejou o aparecimento de propostas que contestavam o *status quo*. Ao interrelacionar fatos a ideias, a observação de Bielschowsky e Mussi (2005, p. 2) sanciona este entendimento: “O pensamento econômico brasileiro [...] foi fortemente condicionado pela história real, econômica e política, pois, como é óbvio, ele tem sido forjado ao sabor de um debate historicamente determinado quase que em seus mínimos detalhes”.

1.1 As origens da indústria brasileira

O aparecimento das primeiras manufaturas no Brasil, muitas das quais ainda se utilizavam de técnicas e métodos semi-artesanais, remonta ao início do século XIX². Foi a partir dos anos 1880, porém, que o movimento auferiu envergadura coletiva e passou a ser identificado como um processo de valor histórico propriamente dito. Tomando-se como base a classificação seminal presente na obra de Suzigan (2000), reproduzem-se, aqui, as principais correntes interpretativas do processo de industrialização brasileiro observado desde o final do período imperial.

O cerne das teses clássicas que procuram elucidar as origens da indústria no Brasil circunscrevia o papel das crises externas como indutores da produção industrial. Os formuladores da interpretação posteriormente consagrada como “teoria choques adversos”, Simonsen (1973), Furtado (1982) e Tavares (1972), destacam a oportunidade gerada pelas perturbações nos países centrais as quais dificultavam a capacidade de importar, gerando, assim, um efeito protecionista ao produtor brasileiro. Os principais eventos históricos subjacentes a esta análise foram a Primeira Guerra Mundial e, mais especificamente, a crise econômica da década de 1930, momento a partir do

(2) A maioria das 4.250 oficinas contabilizadas em 1858 dedicava-se a setores de tecnologia e valor agregado limitados e diretamente relacionados às atividades primárias, tais como a benfeitoria de produtos de couro e madeira, vestuário e alimentos (Leopoldi, 2000). Para uma análise detalhada dos dados referentes às origens da indústria fluminense – anterior à paulista, cabe frisar – ver, por exemplo, Soares (1984) e Oliveira (1987).

qual o setor manufatureiro passou a encabeçar o crescimento da economia brasileira.

Já os que se opõem à relevância dos choques exógenos como desencadeadores do crescimento industrial buscam explicar a origem e o desenvolvimento do setor secundário através da trajetória das exportações. Autores como Peláez (1972), Dean (1976), Nicol (1974) e Leff (1982) atentam para a existência de um já relevante parque fabril anterior à década de 1930, além de destacarem os efeitos negativos das crises externas sobre a produção nacional. Para os que sustentam este entendimento, haveria uma correlação positiva entre as exportações de produtos primários e as inversões no setor industrial.

Uma terceira interpretação consagrada na historiografia econômica foi a tese do “capitalismo tardio”, cujos principais adeptos foram Silva (1976), Mello (1982) e Cano (1978). Para estes autores, deve-se analisar o fenômeno da industrialização à luz da relação dialética (unidade e contradição) entre o complexo do café e a indústria infante: o capital industrial, extensão do capital cafeeiro, era a este subordinado, pois ao mesmo tempo em que o estimulou – através de sua própria acumulação, da monetização da economia, da urbanização e do aumento da demanda por bens manufaturados –, impôs limites ao seu desenvolvimento, uma vez que a prioridade da política econômica permaneceu voltada aos interesses do setor agro-exportador, cuja hegemonia não haveria de ser contestada.

Esses intérpretes também ressaltam a questão da origem étnica da nascente burguesia industrial, cujos principais nomes teriam emanado do grupo de imigrantes europeus que atuavam no comércio importador. Em épocas de objeção às importações – em função, por exemplo, da desvalorização cambial –, os negociantes procuravam diversificar os lucros através de investimentos na produção indígena, a qual teria surgido na figura de companhias de médio e grande porte (Silva, 1976, p. 89).

O último ensaio que procurou explicar as origens da industrialização brasileira tratou de focalizar a atuação deliberada do governo através de sua política tarifária e, de modo coadjuvante, da concessão de empréstimos e subsídios. Esta tese foi defendida, principalmente, por Versiani e Versiani

(1978), cuja metodologia utilizada buscou distinguir as fases em que houve aumento da produção industrial de fato (focada pela tese tradicional) daquelas em que se verificou uma elevação da capacidade produtiva (ênfatisada pela revisionista). Analisando dados do setor têxtil, os autores atestam que o emprego de tarifas protecionistas, como as aprovadas nas reformas de 1879 e 1896, concorreu de modo inequívoco para o desenvolvimento da indústria brasileira.

Reforça esta apreciação a visão de que a política econômica adotada durante o período agrário-exportador não se caracterizou pelo objetivo deliberado de embaraçar o desenvolvimento do ramo industrial; não se tratava, portanto, de opções excludentes entre si. O foco dos *policymakers* recaía, apenas e tão somente, sobre os interesses do setor primário, atuando de maneira que não lhes faltassem capital e, principalmente, mão de obra. Por fim, ratifica este entendimento o fato de que, a partir dos anos 1920, o governo estimulou deliberadamente o desenvolvimento de setores fabris específicos após a primeira conflagração mundial, em virtude, basicamente, da impossibilidade de se importar determinados bens dos países que havia pouco subscreveram o armistício (Suzigan, 2000).

Foi durante esse estágio primitivo do desenvolvimento industrial brasileiro que algumas lideranças políticas e empresariais passaram a propor, de forma ainda pouco concatenada, uma política deliberada de industrialização da economia brasileira.

2 O pensamento industrial brasileiro no século XIX

Faz-se notório que, baseado no então recente, porém já acelerado processo de industrialização por que passavam alguns dos países europeus, a gênese do pensamento industrial brasileiro tenha antecedido a própria origem do empreendimento manufatureiro no país³.

(3) Para uma análise acurada das origens do pensamento econômico no Brasil – ou, de forma mais fidedigna, da reprodução das ideias econômicas em território nacional –, ver, por exemplo, *A construção inacabada*, de Geraldo Beauclair de Oliveira. Além disso, Hugon (1955), Vieira (1981) e Mantega (1984) também reproduzem as principais características da penetração da economia política no Brasil desde os primórdios do Império.

Apreciações pontuais a respeito do tema já se faziam observar ainda na primeira metade do século XIX. João Severiano Maciel da Costa (o Marquês de Queluz), magistrado mineiro formado em Coimbra, foi um dos primeiros políticos a se manifestarem acerca da necessidade de se proteger a produção nacional. Crítico da condição agro-exportadora a que sempre havia se submetido o Brasil⁴, Queluz propunha, em 1821, a promoção de uma estratégia abertamente protecionista:

Se é demonstrado que da indústria protegida e universalizada no território pátrio dependem a riqueza, a população e a força dos Estados modernos, como pode caber em razão que sejamos consumidores de indústria alheia e não produtores? Se para obter este fim importantíssimo é preciso por limites à concorrência da indústria estrangeira com a nacional, por que não o fazemos? (Costa, 1988, p. 26).

Indo além, Costa delegava ao Estado a operacionalização dessa tarefa. Caberia ao ente público a incumbência de salvaguardar a nascente indústria nacional da concorrência estrangeira. Era, pois, a este fim que se prestavam as alfândegas, “impondo direitos bem calculados que, sem destruir a emulação entre produtores nacionais e estrangeiros, deem mais facilidades aos primeiros, ou proibindo inteiramente os produtos estranhos, como já pratica judiciosamente a Inglaterra” (Costa, 1988, p. 30).

Do ponto de vista macroeconômico, a argumentação das lideranças que propugnavam a industrialização do país circunscrevia a questão do desequilíbrio do balanço de pagamentos. A solução para o recorrente déficit externo repousava, na opinião desses atores, sobre a coordenação de instrumentos – em especial, as políticas tarifária e monetária – os quais favorecessem o desenvolvimento do setor produtivo e, por consequência, dispensassem as importações.

Ocupando o lado oposto do espectro ideológico, diversos foram os representantes que se levantaram contra a adoção de expedientes que se

(4) A especialização produtiva beneficiaria, na opinião do autor, apenas os países cujo órgão industrial já se encontrava formado. Para os demais, não haveria a perspectiva de se desenvolver economicamente explorando apenas as atividades primárias: “Uma grande nação puramente agrícola e, por consequência escrava de outras mais avançadas no que toca à indústria é um ente imaginário, porque não pode haver sólida grandeza sem indústria e comércio” (Costa, 1988, p. 24).

contrapusessem aos ditames da economia clássica⁵. A crítica deste grupo, por sua vez, apontava para o ônus em que a gestão heterodoxa daquelas variáveis resultaria: a carestia e a baixa do câmbio. Dentre esses, destacam-se figuras como a do desembargador João Rodrigues de Brito, em cuja resposta a uma consulta realizada pela Corte portuguesa acerca da situação social na Bahia, em 1807, teceu uma verdadeira ode ao liberalismo (não apenas econômico, mas também político) e à especialização produtiva.

O livre-cambismo não balizou apenas a gestão econômica do novo país ao qual se concedera autonomia política em 1822. De modo ainda mais emblemático, as ideias liberais influenciaram sobremaneira a formação intelectual do *establishment* imperial, meio em que se encontrava o mais influente economista político brasileiro do século XIX, o Visconde de Cairu – cujo prestígio erigiu-se sobre a crítica contundente ao protecionismo, muito embora condenasse apenas a proteção alfandegária, e não a industrialização em si⁶.

A penetração da teoria econômica ortodoxa entre setores da elite brasileira atuou para difundir as teses contrárias aos interesses da manufatura nacional. No dizer de um dos mais eminentes políticos do I Reinado e um dos artífices da Independência, Bernardo Pereira Vasconcelos⁷, o livre-comércio traria benefícios para todos os países que dele se aproveitassem, de modo que “deveríamos comprar produtos estrangeiros, e quanto mais comprarmos, mais promoveremos a nossa indústria” (apud Bastos, 1952, p. 40).

(5) Ciente da hegemonia do liberalismo econômico entre a elite imperial brasileira, Maciel da Costa utilizou-se de uma digressão para, resignado, dirigir-se ao leitor nos seguintes termos: “Merecemos desculpa ao leitor, sabendo que esta opinião contra a criação de manufaturas atualmente no Brasil é muito acreditada e por isso pareceu-nos bom insistir sobre a matéria” (Costa, 1988, p. 56).

(6) A esse respeito, atesta Hugon (1955, p. 304, grifo nosso): “Sua [José da Silva Lisboa] doutrina será liberal não resta dúvida, mas nacionalista e não cosmopolita. Com uma antecipação de quarenta anos, apresentara Cairu, em seus *Princípios de Economia Política*, o essencial das idéias que List vai reunir em seu célebre *Sistema Nacional de Economia Política*. Graças a Cairu deve-se, pois, o fato de, concomitantemente com a entrada, no Brasil, da ciência econômica clássica, constituir-se aqui uma doutrina liberal que, ao invés de cosmopolita como a de Smith, é **nacionalista, comercialista e industrialista**”.

(7) O jurista mineiro ratificava a plausibilidade política da teoria das vantagens comparativas, de David Ricardo, ao afirmar explicitamente que “devemos aplicar-nos às produções em que eles [países estrangeiros] nos são inferiores”. (apud Bastos, 1952, p. 40).

Diante do predomínio da ideologia convencional, homens de negócio até então descoordenados⁸ – como os do setor chapeleiro, vanguardistas entre os fabricantes fluminenses a se organizarem socialmente – passaram a reunir esforços que desembocaram na formação das primeiras associações de produtores. Foi a partir do surgimento dessas entidades – as quais tiveram por mérito inegável a tarefa de retirar a matéria dos gabinetes e trasladá-la para as arenas da imprensa e do parlamento – que o movimento pró-industrialização ganhou voz no debate que viria a determinar o futuro da indústria brasileira.

3 O surgimento das associações industriais

A chegada da Família Real não decretou apenas o fim do exclusivismo metropolitano; conforme a expressão cunhada por Oliveira Lima, o ano de 1808 estabeleceu, à reboque, a “emancipação intelectual” da nação. Muitas foram as instituições, no sentido mais amplo do termo, surgidas a partir do rompimento do pacto imposto pela Coroa portuguesa: a abertura dos portos, a criação das primeiras faculdades de Medicina, a inauguração das aulas de Comércio, a vinda da missão artística francesa, o advento de instituições secretas, a inauguração da Biblioteca Nacional, a criação de diversos jornais, entre outros eventos, marcaram a primeira “revolução cultural” no país prestes a se tornar independente de fato (apud Carone, 1978, p. 15).

Foi neste contexto que a luta pela industrialização brasileira ganhou novo formato com o surgimento, ao longo do século XIX, das primeiras associações voltadas aos interesses da classe. Mais do que a simples defesa da causa industrial, o aparecimento dessas instituições conferiu um novo

(8) Na visão de um observador contemporâneo, além da infraestrutura precária e da ausência de uma política creditícia favorável, a desagregação da classe empresarial respondia pelo principal motivo do limitado desenvolvimento industrial brasileiro: “Ninguém há talvez que possa duvidar serem os maiores empecilhos para o desenvolvimento [industrial] o tráfego, a usura e a falta de espírito de associação” (apud Bastos, 1952, p. 72). De acordo com Leme (1978), o operariado apresentava, no início dos anos 1920, um grau de agregação social expressivamente mais elevado do que os industriais. Neste mesmo sentido, Vieira Souto afirmava que “a vitória da produção estrangeira se deve muito mais à tibieza dos empresários brasileiros do que à força dos nossos adversários” (apud Carone, 1978, p. 73).

significado à relação entre o Estado e os empresários daquela época, os quais Carone (1978) caracterizou como sendo a “primeira geração de industrialistas”⁹.

A peculiaridade deste fenômeno reside no fato de a primeira delas ter sido fundada em uma época que raros eram os estabelecimentos fabris existentes no território brasileiro. Nas palavras do mesmo autor (1977, p. 6), “o singular é ter nascido no Brasil uma associação profissional favorável à industrialização antes de existir uma indústria propriamente dita”. Essa inversão dos fatos talvez explique, em parte, a reconhecida dificuldade de se transformar ideias em política pública durante todo o período monárquico.

Constituídas em sua maioria por pequenos produtores e comerciantes, a atuação destas entidades não se restringia à divulgação de informativos técnicos ou à publicação de artigos em seus respectivos periódicos. No decorrer do século XIX, passaram, também, a organizar exposições nacionais e internacionais as quais contribuíram de modo relevante para a difusão dos interesses do setor manufatureiro¹⁰.

3.1 A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827-1904)

A primeira associação a ser criada, ainda no Primeiro Reinado, foi a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (doravante, SAIN). Por iniciativa do proprietário de uma destilaria carioca, Inácio Álvares Pinto de Almeida, enviou-se ao representante da Corte a proposta para sua fundação em 1816. Considerada precoce pela burocracia lusitana, dada a evidente escassez de unidades fabris estabelecidas em território brasileiro¹¹, Almeida teve negada a autorização para o seu intento. Foi somente em 1825 que o imperador aprovou a

(9) Ocupado por temas do cotidiano produtivo, este grupo de atores, mais pragmáticos em relação àqueles que os sucederam, provinha, em sua maioria, da geração 1870. Já a segunda geração, cuja atuação fez-se presente a partir de meados do século XX, foi encabeçada por Roberto Simonsen, Euvaldo Lodi, Rômulo de Almeida, entre outros autores, os quais ofereceram à causa industrial uma contribuição mais técnica e teórica do que a geração pioneira.

(10) O reconhecimento da causa industrial foi sendo paulatinamente construído ao longo do século XIX. Todavia, a visibilidade social de suas reivindicações extrapolou o meio empresarial somente após a participação ativa da SAIN nas edições da Exposição Nacional de 1861 e 1866.

(11) A ausência de manufaturas no Brasil devia-se, em grande medida, aos efeitos do alvará de proibição ao estabelecimento de plantas industriais em todo território colonial português nas Américas, expedido em 1785, sob a inspiração do primeiro-ministro Martinho de Mello e Castro.

instalação da SAIN, cuja inauguração formal deu-se no dia 19 de outubro de 1827, tendo sido a primeira diretoria empossada no ano subsequente¹².

A entidade pioneira¹³ – uma associação de caráter privado cujo objetivo basilar era fomentar as práticas, procedimentos, descobertas científicas em prol do avanço da produção nacional – exibia em seu estatuto inaugural o desígnio de “promover por todos os meios ao seu alcance, o melhoramento e prosperidade da indústria no Império do Brasil” (apud Barreto, 2008, p. 3).

A despeito de seu epíteto referir-se diretamente ao setor manufatureiro, a SAIN ocupava-se de questões referentes à produção em geral, já que, naquele tempo, o significado do termo “indústria” abarcava todas as atividades econômicas das quais se pudessem auferir lucro. De modo que, durante as primeiras décadas de sua existência, a Sociedade dedicou parte relevante de seu trabalho à promoção de benfeitorias no âmbito agrícola através de inovações técnicas baseadas na fronteira do conhecimento científico¹⁴.

A fim de divulgar as novidades surgidas no campo da lavoura, e, de modo mais abrangente, difundir suas ideias em favor da produção nacional, o órgão valia-se de *O Auxiliador da Indústria Nacional*, periódico lançado em 15 de maio de 1833, o qual circulou, mensalmente, até 1892. Além de dados, atas, relatórios, artigos nacionais e estrangeiros¹⁵ e monografias de interesses específicos, o veículo também publicava pareceres que tratavam dos mais

(12) De acordo com Carone (1978), três foram os presidentes em cujos mandatos fizeram-se as mais relevantes contribuições da entidade para o desenvolvimento do setor industrial no Brasil imperial: Marquês de Abrantes (1848-1865), Visconde do Rio Branco (1865-1880) e Nicolau Joaquim Moreira (1880-1894).

(13) O surgimento da SAIN baseou-se na experiência de duas organizações europeias com fins homólogos: a francesa *Société D'Encouragement à L'Industrie Nationale* e a portuguesa Sociedade Promotora da Indústria Nacional. A entidade brasileira, surgida sob a jurisdição do governo imperial e ligada ao Ministério dos Negócios do Império, passou, posteriormente, aos domínios do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras. A partir de 1860, acumulou a função de órgão consultivo do Estado, concedendo licenças e prêmios àqueles que se dispusessem a desenvolver novas técnicas e máquinas agrícolas (Barreto, 2008).

(14) A atividade da SAIN caracterizou-se, durante período significativo da sua existência, mais pela atuação como órgão de divulgação científica do que como representante da classe industrial propriamente dita. A fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, em 1838, representa o apreço que a entidade mantinha pela causa intelectual.

(15) Com o objetivo de propagar no Brasil as ideias e as técnicas difundidas nos países desenvolvidos da Europa e nos Estados Unidos, a SAIN encarregou-se de publicar em seu periódico a tradução de trechos de veículos estrangeiros, como o norte-americano *American Farmer*, o inglês *Agriculture and Arts Semanal* e o francês *Journal dès Connaissances Utiles* (Murasse, 2006).

variados assuntos: da construção de estradas de ferro a receitas de medicina caseira.

A SAIN promoveu, ainda, um dos mais importantes eventos da classe empresarial realizados durante o Segundo Reinado: a primeira Exposição da Indústria Nacional. Inaugurada em 2 de dezembro de 1861, a mostra – que contou com a presença da Família Real e de representantes de onze províncias – serviu como um ensaio para a participação do Brasil na Exposição Universal de Londres de 1862, na qual as nações desenvolvidas expuseram suas riquezas e conquistas no campo da produção.

O desenvolvimento hesitante do setor industrial fez com que o tema tarifário dominasse paulatinamente a pauta da associação. Em 1877, instigada pela situação aflitiva dos fabricantes de chapéus, a Sociedade incitou um acalorado debate acerca da questão alfandegária. A direção da entidade solicitou que as seções da Indústria e do Comércio elaborassem dois pareceres paralelos a fim de subsidiar o seu posicionamento institucional. Com visões antagônicas, os documentos propunham medidas opostas para solucionar o conflito, levando a diretoria a acatar o relatório do ramo industrial sem impedir que se formasse, porém, a cisão insuperável que selaria o destino da organização¹⁶.

A proclamação da República, vinte e dois anos depois, decretou o ocaso da SAIN. Composta, em sua maioria, por simpatizantes da Monarquia, a entidade, que recebera vigoroso apoio do governo imperial ao longo de sua existência, não reunia mais condições políticas para dar prosseguimento a suas atividades, não lhe restando opção que não a de aliar-se a outro órgão de representação para formar, no início do século XX, o Centro Industrial do Brasil.

3.2 A Associação Industrial (1881-1883)

A segunda instituição surgida com o intuito de defender os interesses do setor industrial no Brasil foi a Associação Industrial (AI). Ocupando o espaço

(16) A formação de entidades dissidentes contribuiu de modo decisivo para o progressivo esvaziamento da Sociedade. Ao longo da última década de sua existência, diversas foram as associações surgidas a partir de grupos descontentes com os rumos da SAIN, tais como: o Clube da Lavoura e do Comércio (1870), a Associação Industrial (1881), o Centro Industrial (1890), a Associação Comercial de São Paulo (1894) e a Sociedade Nacional da Agricultura (1897).

não contemplado pelos escopos demasiadamente amplos da SAIN, a AI nasceu a partir da reunião de dissidentes convocada, em 1880, pelo comendador Malvino da Silva Reis – um ardoroso defensor da causa dos fabricantes cariocas por ocasião da “questão chapeleira”.

Seu primeiro e mais influente presidente foi o médico mineiro Antonio Felício dos Santos, proprietário de uma fábrica têxtil fundada por seu pai em 1877. Para veicular as ideias defendidas por esses homens práticos, a diretoria empossada em 26 de março de 1881 criou o periódico *O Industrial*, em cuja primeira das 57 edições lançou-se o manifesto da Associação.

A principal bandeira da organização residia na adoção de uma política moderadamente protecionista. Ao criticar o “vício” da especialização ricardiana, Felício dos Santos recorria ao cotidiano dos negócios para rechaçar a existência de uma economia política abstrata e absoluta: “Tamanho erro provém em linha reta da educação viciosa bebida nas academias pelos diretores do país, teóricos puros, sem conhecimentos positivos, mais literatos do que homens de ciência” (apud Carone, 1977, p. 22).

Coerente com a sua posição nacionalista, Felício dos Santos repudiava a divisão internacional do trabalho a qual submetia o Brasil à condição de mero produtor de gêneros primários. Para ele, o livre-cambismo era “sinônimo de protecionismo ao estrangeiro”, de modo que a aceitação da teoria clássica do comércio internacional depunha contra as conveniências do país:

Os nossos poetas financeiros, por amor da rima de um liberalismo extravagante, levantaram a propaganda antinacional e funestíssima do livre câmbio, que tende a conservar o Brasil no estado colonial de um país exclusivamente agrícola, produtor de café e de matérias-primas que lhe revertem fabricadas pelo duplo preço (apud Oliveira, 2002, p. 34).

Atuando de forma muito mais incisiva do que o fazia a SAIN, a Associação Industrial reclamava a intervenção direta do governo na questão tarifária. Em seu manifesto inaugural, a AI afirmava que a indústria era “ridicularizada e ignorada pelo governo”, alertando que a ele não poderia ser dada a opção de abster-se da tarefa de defender seus interesses: “Cruzar os braços, confiando no calor e na umidade, desertando da guarda dos interesses do futuro, não é por certo compreender a alta missão de um governo nacional e patriótico” (apud Carone, 1977, p. 22).

A causa industrial ganhava eco nas manifestações ufanistas estimuladas pelo amadurecimento do movimento republicano. Neste contexto, Felício dos Santos apelava ao chauvinismo para tentar provar obrigatória a relação entre a defesa dos interesses pátrios e a causa industrial: “Embora o taxem [o governo] de incoerente, porque sendo liberal adiantado a outros respeitos, é inclinado à escola protecionista; o certo, porém, é que antes de tudo é brasileiro e como tal entende que em matéria de indústria não se podem seguir em absoluto os princípios de liberdade absoluta” (apud Oliveira, 2002, p. 32).

A atuação da entidade sofreu um revés significativo com a aprovação da tarifa de 1881, de acentuado viés liberal. A partir de então, a AI passou por um processo de esvaziamento paulatino, culminando com a renúncia de Felício dos Santos de sua presidência em 1882¹⁷. Logo após a Exposição Industrial, realizada em janeiro desse ano, o deputado licenciou-se do comando da Associação pela ameaça que sofria o seu mandato de parlamentar, uma vez que presidia, concomitantemente, uma organização a qual celebrava contratos com o governo. O encerramento oficial de suas atividades deu-se no ano de 1883.

3.3 O Centro Industrial do Brasil (1904-1931)

O terceiro e mais bem organizado representante da classe empresarial estabelecido durante a República Velha foi o Centro Industrial do Brasil (CIB), surgido da fusão da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional com o Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão (CIFTA), em 1904. De acordo com Leopoldi (2000, p. 64), tratou-se o CIB da “primeira entidade de caráter permanente de classe da indústria organizada sem qualquer interferência estatal”. Já para Carone (1978, p. 73), a proposta do Centro fez-se mais ambiciosa do que a das entidades que o precederam na medida em que a sua atuação deveria ser mais focalizada do que a da SAIN e, ao mesmo tempo, mais abrangente do que a do CIFTA.

A temática de que se ocupava o CIB não desviou de modo substancial daquela abordada pelos órgãos que o antecederam. Na inexistência de um

(17) Aproximadamente uma década mais tarde, Antônio Felício dos Santos fundou no Rio de Janeiro outra organização de defesa dos interesses da classe, o Centro Industrial (1890-1892), cuja existência fez-se ainda mais efêmera em relação à de seu primeiro empreendimento.

embate ideológico¹⁸, o epicentro do debate ainda circunscrevia a pragmática questão tarifária, no qual a causa protecionista continuava a balizar a luta dos produtores brasileiros contra o comércio importador.

Assim como as demais associações, o CIB veiculou suas ideias no *Boletim do Centro Industrial do Brasil*, panfleto que circulou entre os anos de 1904 e 1907, apenas. O principal conteúdo ventilado em seu periódico abrangia a polêmica proposta de reforma tarifária de autoria do deputado mineiro João Luiz Alves¹⁹, em cujo apoio o CIB publicou farta documentação estatística procurando corroborar a plausibilidade da medida.

As duas maiores realizações capitaneadas pelo órgão, entretanto, foram a realização de um importante, ainda que limitado, levantamento da situação das indústrias no país – o censo de 1907 – e, do ponto de vista intelectual, a publicação do trabalho *Brasil, suas riquezas, suas indústrias*, encomendado pelo então ministro da Fazenda, Lauro Muller, à direção da entidade. Dividida em três volumes²⁰, a obra tornou-se, na opinião de Carone (1978, p. 78), um marco para historiografia econômica brasileira em função da minuciosa reconstituição de dados estatísticos apresentada por diversos autores. Por fim, o Centro foi ainda convidado a participar da organização de eventos importantes, como a Exposição Industrial Brasileira na Argentina e no Uruguai, em 1917.

As sucessivas diretorias²¹ do CIB enfrentaram os mesmos problemas que acometeram as duas entidades de cuja fusão o órgão fora criado. A postura pouco ativa da direção em relação a diversos temas administrativos impôs-lhe grandes dificuldades de atuação: uma política omissa de comunicação

(18) Foi a partir da década de 1930, apenas, que estes industriais passaram a se organizar politicamente. Em 1932, embebidos na aura da Revolução Constitucionalista, lideranças paulistas criaram o Partido Economista, uma reunião de empresários de São Paulo, o qual foi incorporado, posteriormente, ao Partido Democrático (Leme, 1978).

(19) Considerado o mais ambicioso experimento de uma política tarifária verdadeiramente protecionista, proposto por um dos mais ativos representantes da indústria no parlamento, o projeto foi arquivado em 1904, após anos de intenso debate.

(20) O primeiro deles, de autoria de Capistrano de Abreu, recebeu o título de *Noções de história do Brasil até 1800*. O segundo tomo, de autoria anônima, é dedicado à indústria agrícola, sendo que o último volume, redigido por diversos autores, discorre acerca da indústria fabril e de transportes.

(21) Serzedello Correa ocupou a direção da instituição por oito anos consecutivos – de 1904, quando de sua fundação, até 1912 –, sendo sucedido pelo médico e industrial Jorge Street (1912-1926), o qual, por sua vez, foi substituído por Francisco de Oliveira Passos (1926-1931).

institucional, aliada à incapacidade de instalar um museu permanente e de realizar conferências, cursos e exposições periódicas enfraqueceu sobremaneira a sua representatividade.

A nova relação de apoio – e não mais de proteção – que a instituição procurou estabelecer com o governo contribuiu, por sua vez, para que a autonomia vislumbrada se transformasse em isolamento definitivo. Além da privação do apoio governamental de que gozava a SAIN, o CIB deixou de contar com a verba oficial imprescindível para o financiamento de suas atividades, fatos que debilitaram ainda mais o seu desempenho. Após anos de funcionamento estéril, a organização foi finalmente incorporada pelo Centro das Indústrias do Rio de Janeiro (CIERJ) no início da década de 1930.

Considerações finais

Conforme apontado no decorrer do artigo, as origens do pensamento industrial brasileiro remontam às primeiras décadas do século XIX. Ao longo das diversas décadas que separaram este despertar inicial da consciência industrial e o processo de industrialização observado no Brasil, muitos foram os autores e atores os quais se dedicaram à matéria. Nota-se que o surgimento de uma incipiente consciência industrial antecede o próprio estabelecimento do setor fabril no país. Quando da instalação das primeiras manufaturas ao redor da capital do Império, já se fazia atuar uma associação em cujos objetivos estava o de fomentar a atividade industrial.

Essa suposta inversão dos fatos revela uma sutil e marcante herança institucional da colonização. A percepção de que o atraso econômico devia-se à condição de mero fornecedor de bens agrícolas aos países centrais permitiu, ela própria, a consolidação da convicção em determinados setores da elite burocrática do Império de que não seria o livre-mercado o vetor responsável pelo desenvolvimento. Baseado nos exemplos de países que passavam àquele momento por um acelerado processo de industrialização capitaneado pelo Estado, os representantes da causa industrial atestaram a alteração da estrutura primário-exportadora como condição *sine qua non* para a superação do subdesenvolvimento.

Sob o entendimento de que o futuro almejado pela sociedade não adviria espontaneamente, os defensores da industrialização suplantaram a discussão acerca da necessidade da intervenção estatal; debatia-se, agora, com que extensão e em quais condições esta se faria mais conveniente. Ergia-se, assim, a instituição positivista a qual Bosi (2001, p. 274) classificou de “Estado-Providência”: “um vasto e organizado aparelho público que ao mesmo tempo estimula a produção e corrige as desigualdades do mercado”.

À própria relação dicotômica entre a produção cafeeira voltada para o exterior e atividade industrial deve-se a criação e o desenvolvimento das associações de classe defensores da indústria. Faz-se especialmente relevante o apoio dado por setores da elite agroexportadora ao fomento de entidades as quais apoiassem não apenas o progresso no campo, mas também a difusão de técnicas produtivas na seara industrial.

A opção metodológica de apoiar-se nos escritos publicados pelas entidades industriais justifica-se não apenas pela escassez de análises desses documentos, mas principalmente relevância que essas instituições, no sentido que Zysman (1994) confere ao termo, trouxeram ao debate hodierno. Conquanto a defesa da causa tenha, em diversos momentos, ficado restrita aos interesses dos grupos que as administravam, a análise desse material em fonte primária em muito pode contribuir para problematizar de forma mais fidedigna as vicissitudes por que passou a industrialização até firmar-se como política hegemônica na década de 1930 em diante.

Neste sentido, as diversas atividades desenvolvidas por estas entidades – com destaque para a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, a Associação Industrial e o Centro Industrial do Brasil – contribuíram sobremaneira para o estabelecimento, ainda que embrionário, de um pensamento industrial em um país totalmente inserido na divisão internacional do trabalho. Em que pese o longo caminho até seu amadurecimento enquanto política pública, faz-se notória a existência de um grupo político cujas ideias preanunciavam uma heterodoxia precoce em plena vigência da *Belle Époque* do liberalismo econômico.

Referências bibliográficas

BARRETO, Patrícia Regina C. Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: Oficina de Homens. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 13, Rio de Janeiro, 2008.

BASTOS, Humberto. *O pensamento industrial no Brasil*. São Paulo: Martins Editora, 1952.

BIELSCHOWSKY, Ricardo; MUSSI, Carlos. O pensamento desenvolvimentista no Brasil: 1930-1964 e anotações sobre 1964-2005. In: SEMINÁRIO BRASIL-CHILE: Una Mirada Hacia América latina y sus Perspectivas, Santiago de Chile, jul. 2005.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Difel, 1978.

CARONE, Edgard. *O pensamento industrial no Brasil (1889-1945)*. São Paulo: Difel, 1977.

CARONE, Edgard. *O centro industrial do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1978.

COSTA, João Severiano M. da. Memória sobre a necessidade de abolir a introdução dos escravos africanos no Brasil. In: MEMÓRIAS sobre a escravidão. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1988.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. São Paulo: Difel, 1976.

FONSECA, Pedro Cezar D.; MOLLO, Maria de Lourdes R. Metalistas x Papelistas: origens Teóricas e antecedentes do Debate entre Monetaristas e Desenvolvimentistas. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 203-233, maio/ago. 2012.

FRANCO, Gustavo Henrique B. Uma longa adolescência. Fases da história monetária brasileira. In: LEWIN, Sergio (Org.). *Idéias e consequências*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2008.

FURTADO, Celso M. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1982.

GAMBI, Thiago F. R. O segundo Banco do Brasil no debate entre papelistas e metalistas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 34, Foz do Iguaçu, 2011.

GREMAUD, Amaury P. A penetração da economia política no Brasil e seu ensino durante o período imperial. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, v. 8, p. 46-71, 2001.

HUGON, Paul. A Economia Política no Brasil. In: AZEVEDO, Fernando de (Org.). *As ciências no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1955.

LEFF, Nathaniel H. *Underdevelopment and Development in Brazil*. Economic Structure and Change, 1822-1947. London: George Allen & Unwin, 1982.

LEME, Marisa S. *A ideologia dos industriais brasileiros (1919-1945)*. Petrópolis: Vozes, 1978.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. *Política e interesses na industrialização brasileira*. As associações industriais, a política econômica e o Estado. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1984.

MELLO, João Manuel C. de. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MOLLO, Maria de Lourdes R. As controvérsias monetárias do século XIX. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 80-97, 1994.

MURASSE, Celina M. O Auxiliador da Indústria Nacional e a educação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4, Goiânia, 2006.

NICOL, Robert N. V. C. *A agricultura e a industrialização no Brasil (1850-1930)*. 1974. Tese (Doutorado)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 1974.

OLIVEIRA, Geraldo de. B. M. *A pré-indústria fluminense: 1808-1860*. 1987. Tese (Doutorado)–Universidade de São Paulo, São Pulo, 1987.

OLIVEIRA, José Luiz de. Antonio Felício dos Santos. Um deputado industrialista no Império. *Augustus*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, jan./jun. 2002.

PELÁEZ, Carlos Manuel. *História da industrialização brasileira*. Rio de Janeiro: Apec, 1972.

PRIORI, Ângelo (Org.). *Dilemas do desenvolvimento brasileiro: ideias, política e economia no Brasil do século XIX*. Curitiba: Instituto Memória, 2009.

SALOMÃO, Ivan C. *O desenvolvimento em construção: um estudo sobre a pré-história do pensamento desenvolvimentista brasileiro*. 2013. Tese (Doutorado)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SIMONSEN, Roberto. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1973.

SILVA, Sergio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SOARES, Luiz Carlos. *A manufatura na formação escravista: atividades manufatureiras na região fluminense: 1840-1880*. 1984. Dissertação (Mestrado)–Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1984.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec, 2000.

TAVARES, Maria da C. *Da substituição de Importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

VERSIANI, Flávio R.; VERSIANI, Maria Teresa. A Industrialização Brasileira antes de 1930: uma contribuição. *Revista de Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 5, n. 1, 1978.

VIEIRA, Dorival T. A História da Ciência Econômica no Brasil. In: FERRI, Mário G.; MOTOYAMA, Shozo (Org.). *História das ciências no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1981.

ZYSMAN, John. How institutions create historically rooted trajectories of growth. *Industrial and Corporate Change*, v. 3, n. 1, p. 243-283, 1994.